

Resumo: A questão fundamental é entender que cultura e cidade são interdependentes e constituintes do ecossistema urbano-simbólico, que poder e cultura são duas dimensões axiais da interação social e da resiliência cultural, e que neste contexto emerge a necessidade de abrir as diversas esferas públicas das cidades à democracia radical e ao questionamento dos problemas concretos e das potenciais soluções alternativas. Tal necessidade advém do simples reconhecimento que sem uma transformação do poder local, sem uma redefinição das estruturas de relação de poder existentes, e do seu corolário como efetiva distribuição relacional do poder pelos cidadãos, o espaço público continuará refém da inércia reprodutora dos mesmos vícios e negligências. Em suma, qualquer política cultural que se pretenda assumir como transformadora, terá de permitir no seu interior cristalizado a existência de "práticas instituintes", práticas que possibilitem a re-instituição das instituições socioculturais, que coloquem em causa a construção social do consenso operacional e favoreçam o reconhecimento das diferentes necessidades culturais e das exigências feitas por pessoas e organizações de um dado território.